

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Categoria abre luta pelo acordo coletivo e começa para elevar o piso vergonhoso

Com a política de valorização do salário mínimo, piso da categoria vai pro abismo

Os trabalhadores participaram de assembleias em todo o Estado e definiram a pauta de reivindicações que será discutida na mesa de negociações com a Copasa.

Além da conclusão do processo de implantação de um PCCS justo e transparente, os trabalhadores reclamam principalmente a necessidade de elevação do piso salarial da categoria, como também de fazer um acerto na curva de salários da empresa. Praticamente em todas as assembleias tivemos reclamações consensuais dos trabalhadores técnicos, que apontam disparidades de enquadramentos e de salários, reivindicando o imediato acerto.

Como em todos os anos, a campanha salarial será realizada de forma unificada entre o SINDÁGUA, Saemg e Senge, que participam das mesas de negociações junto com uma ampla comissão de trabalhadores apontados pela direção plena do Sindicato.

A Pauta de Reivindicações foi entregue à direção da empresa em reunião realizada na última sexta-feira, 13 de abril, quando os diretores do SINDÁGUA ressaltaram as principais preocupações dos trabalhadores contidas no documento.

O presidente da empresa, Ricardo Simões, já nomeou a comissão patronal que discutirá com os sindicatos. A data-base de 1º de maio foi garantida.

Confira a pauta de reivindicações.

Página 6



Direção eleita tomou posse e define as lutas imediatas

A diretoria eleita do SINDÁGUA tomou posse no último dia 20 de março, para mandato de 2012 a 2015. Os eleitos foram empossados pela Junta Eleitoral que comandou as eleições na entidade.

O evento foi realizado no Sesc-Venda Nova

e os diretores eleitos já participaram da primeira reunião da diretoria plena do SINDÁGUA, definindo estratégias de atuação para os próximos anos e deliberando sobre a imediata deflagração da campanha salarial 2012. **Página 2**

PPP DO MANSO É PRIVATÁRIA

A direção, com gente da “casa”, passará à “História da Copasa” como entreguista do nosso patrimônio público! Pág.5

ELEIÇÃO NO SINDÁGUA – JUSTIÇA PÕE FIM ÀS CALÚNIAS DOS DERROTADOS

Página 3

Números da PL já são conhecidos!

Já divulgados os números financeiros da Copasa relativos à 2011, os trabalhadores devem receber uma PL média de R\$ 2.454,85. Os trabalhadores atingiram 84,45% das metas da empresa. Mesmo assim, entendemos que são necessárias mudanças importantes nos índices que medem os resultados. Tivemos redutores de dois índices (ROFI e REPI), sobre os quais os trabalhadores não têm qualquer controle. Veja os principais números que definiram a PL. **Página 5**

Direção assume e reafirma compromissos



A diretoria eleita do SINDÁGUA tomou posse do seu mandato no último dia 20 de março, durante a reunião da direção plena do Sindicato, realizada no Sesc-Venda Nova.

Ao mesmo tempo que os membros da "Junta Eleitoral" deram posse durante um evento de trabalho, o presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, alertou para duas grandes lutas imediatas contra a PPP do Manso e mobilização pela campanha salarial 2012. Ressaltou as grandes preocupações com o processo de "pepepização" da Copasa e a necessidade de organizar imediatamente a Campanha Salarial 2012 exigirão um empenho de trabalho, que se misturou a uma confraternização pelas lutas que todos nos empenharemos nos próximos anos.

Conjuntura para garantir direitos

Como sempre acontece na véspera de negociações coletivas, a direção do Sindicato ouviu uma palestra da técnica do Dieese, Regina Camargo que abordou a conjuntura econômica do País, dissecando ainda o resultado dos acordos coletivos das demais categorias no último semestre e a expectativa das organizações sindicais para 2012. Foram abordados temas como as pesadas taxas de juros praticadas no País, as ameaças da concorrência externa que expande seus produtos mais baratos no Brasil, que-



brando empresas de setores como têxteis, calçadista e penalizando os empregos nativos.

A Copasa é uma das empresas que têm caminho promissor pela essencialidade dos seus serviços e com um gigantesco campo para crescimento, se forem honrados os compromissos de buscarmos atingir a universalização do saneamento. Os caminhos percorridos, no entanto, vão sendo desviados por gestões de governos mais propensos a diminuir o tamanho do Estado e de facilitar bons negócios para a iniciativa privada, mesmo com todas as denúncias recentes de "privataria" criminosa.

José Maria, na saudação à nova diretoria, condenou o processo violento de sucateamento da Copasa, com frotas de veículos sem manutenção, trabalhadores executando tarefas em condições extremamente adversas, sobrecarga de trabalho por falta de reposição de vagas e perda gradativa de qualida-



de motivada pelo crescimento das terceirizações, que não têm com a imagem da Copasa o mesmo compromisso que seus trabalhadores diretos procuraram garantir.

Para o presidente do SINDÁGUA, a empresa deve entender os trabalhadores como parceiros no sentido de atendermos a comunidade com eficiência e qualidade. "Não podemos deixar de herança uma página triste de ser os responsáveis pela destruição da estrutura da Copasa, para favorecer iniciativas privadas que só visam o lucro e que viram as costas para as necessi-

dades básicas da sociedade, sobretudo com um serviço de água e esgoto, que, se mal cuidado, significa problemas sérios de saúde para a população", afirma Zé Maria.

Por fim, conclamou todos a direção e todos os trabalhadores a se abraçarem nesta causa humana e social por um saneamento com saúde e qualidade, devendo zelar para que nossas empresas de saneamento sejam instrumento de responsabilidade social e não sejam transformadas em caça-níqueis.

A unidade na luta venceu!

Trabalhadores reforçam sindicato e abrem campanha salarial 2012

Logo depois de empossada, a nova direção do Sindicato deliberou sobre o início imediato da campanha salarial 2012, definindo as datas das assembleias em todo o Estado e aprovando uma "Pré-Pauta de Reivindicações", que serviu de base para as discussões dos trabalhadores.

Foi atendido um apelo dos próprios trabalhadores em todo o Estado, para que se fizesse uma orientação de forma que a categoria aprovasse uma "Pauta de Reivindicações", mais enxuta, com poucos itens e que preservasse reivindicações consideradas prioritárias para a categoria, como elevação do piso salarial, conclusão do PCCS, reposição de vagas e rigorosa isonomia de todos os cargos, funções e salários em todo o Estado.

Processos na Justiça

A presença de diretores de todo o Estado serviu mais uma vez para que fossem deliberadas medidas de enfrentamento de um dos mais graves problemas enfrentados pelos trabalhadores, quase sempre resultado de um sucateamento progressivo da empresa: cada vez mais trabalhadores em condições mais inseguras e a empresa abandona cuidados mínimos de segurança, saúde e até higiene no trabalho, com locais onde os "banheiros" são dignos de uma visita da vigilância sanitária.

Em um dos pontos decisivos da direção, ficou deliberado que o sindicato deve dar um prazo para que a empresa corrija de uma vez por todas a regularização do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos trabalhadores que têm direito, ingressando imediatamente com ações judiciais em caso de qualquer enrolação dos patrões. Todos os casos devem ser relatados e endereçados ao sindicato, para tomarmos providências judiciais, caso a empresa não corrija-os imediatamente.

A direção deliberou também sobre os nomes que participarão da comissão de negociações com a Copasa, garantindo as informações e mobilização rápida da categoria em todo o Estado.

O ponto principal das negociações com a Copasa foi apontado como a necessidade de um reajuste considerável no "piso salarial" da categoria. O nosso piso vem sendo sistematicamente achataado e perdendo valor real, sobretudo em função da política de ganhos reais sobre o salário mínimo, implementada pelo Governo Federal. A continuar como está, rapidamente a categoria teria o salário mínimo como piso, condição inadmissível para uma empresa do porte e com as responsabilidades sociais que têm a Copasa.



Sentença na Justiça sepulta tentativas de contaminar a lisura da eleição no Sindicato

"(...) não há nos autos elementos que permitam anular o processo eleitoral em debate, repetindo-se que não há prova de qualquer irregularidade no recolhimento e apuração de votos... Observe-se que os representantes da Chapa de que faz parte o autor participaram de todo o processo, como se vê das atas (...) são julgados improcedentes todos os pedidos constantes da inicial..."



Candidatos e apoiadores de todas as chapas participaram ativamente da eleição

Após o trânsito em julgado da decisão, devem ser devolvidos ao réu os documentos e urnas depositadas na Secretaria da Vara.

Conclusão

Julgo IMPROCEDENTE a AÇÃO ORDINÁRIA movida por Jorge Crisostomo da Paz contra Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - SINDAGUA MG..."

Está encerrada a tentativa de manchar a regularidade e lisura da eleição do SINDÁGUA realizada recentemente. Por decisão da 11ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte foram julgados improcedentes todos os pedidos da ação movida pela chapa derrotada pelos votos dos trabalhadores e que suflagaram seu desejo de manter um Sindicato Forte, conduzido pelos companheiros que receberam cerca de 70% dos votos dos eleitores no processo eleitoral.

A representatividade do sindicato junto aos trabalhadores não foi contestada em nenhum momento. Durante o processo eleitoral, as tentativas de calúnias à direção do sindicato e ataques pessoais ao presidente da entidade, José Marias dos Santos, foram rechaçadas pelos trabalhadores com vaias. Todas as baixarias, tentativa de agressão física por militante do PCdoB, ocorrência policial sem nenhuma acusação, mas divulgada ao contrário do que fora escrito, acusação de festa dos aposentados como peça

política, quando candidatos da própria chapa adversária participaram e discursaram no mesmo evento (sem que ninguém, de nenhuma das chapas disputantes falasse em eleição), distorção de texto de negativa de liminar, alterando a decisão de juíza. Por fim, ação na Justiça em que no dia da audiência suas próprias testemunhas confessaram a correção e lisura do processo eleitoral diante do juízo.

No decorrer de todo este tempo, apesar da vitória dos trabalhadores em apoio a um sindicato forte e respeitado, informações estão distorcidas na base. A resposta está aí! Quem luta com unidade e com empenho e que mereceu o grande apoio dos companheiros colhe os frutos do trabalho sério e responsável. Apesar de toda a baixaria contra o sindicato e a organização dos trabalhadores, os derrotados na eleição serviram para algo muito importante: consagrar a vitória da categoria em ter um sindicato respeitado e confiável.



Dia Mundial da Água

Sindicato denuncia descaso com o saneamento público

No Dia Mundial da Água, 22 de março, o SINDÁGUA participou de atividades públicas na Praça Sete e também na câmara municipal de Belo Horizonte (CMBH). Para os dirigentes sindicais, mais do que refletir e conscientizar governantes e sociedade sobre a importância da preservação dos nossos recursos hídricos, a data serve de alerta para a forma de gestão das águas e também do saneamento em todo o mundo.

Na Praça Sete, durante o ato público, foram distribuídos cinco mil jornais do SINDÁGUA referentes ao Dia Mundial da Água. No local também foram coletadas assinaturas em apoio à criação do Parque Nacional das Águas do Gandarela. O presi-

dente José Maria dos Santos aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos cidadãos belorizontinos para a defesa do saneamento público e de qualidade. “É importante que as pessoas saibam que sem um controle da sociedade, os governantes adotam políticas privatizantes, como as terceirizações e as parcerias público-privadas (PPPs), que além de precarizar os serviços, aumentam os custos e também as tarifas de água e esgoto”, ressaltou.

Às 14 horas, representantes do SINDÁGUA participaram da audiência pública na CMBH para debater a implantação da PPP na Copasa. Foram discutidos vários problemas que podem ser acarretados pela Parceria Público-Privada no saneamento: falta de transparência, aumento das terceirizações, transferência da operação dos serviços para a iniciativa privada, ausência de controle social e reajuste das tarifas.

Representando os trabalhadores em saneamento de Minas Gerais, o presidente do SINDÁGUA José Maria dos Santos fez uma ampla defesa do sanea-



Explicações da Copasa: audiência na Câmara Municipal, em BH

mento público. “Somos contra a PPP porque ela poderá abrir mais espaço para as terceirizações e a precarização dos serviços. Temos que defender os investimentos dentro da Copasa, empresa que deve honrar as responsabilidades com a saúde e o saneamento”, destacou.

A atividade foi realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da CMBH, requerida pelo vereador Adriano Ventura (PT), que sugeriu o aprofundar os debates em um seminário específico sobre a defesa das águas e do saneamento.



Lucro líquido da Copasa garante uma PL global de R\$ 28,3 milhões

Informes sobre a PL Linear dos Trabalhadores da COPASA

O grande empenho e responsabilidade dos trabalhadores levaram a Copasa a um lucro líquido de R\$ 470.436.942,34 em 2011. Descontados reserva para incentivo fiscal de R\$ 9.400.895,11 e ainda a reserva legal, de R\$ 23.521.847,12 tivemos um resultado líquido de R\$ 465.822.955,27.

Nossa PL, de 6,25% do lucro líquido registrou R\$ 29.113.934,70. Somamos ainda a este número o resíduo do ano anterior, de R\$ 4.416.858,40, que perfaz R\$ 33.530.793,55. Os 84,45% de IDI garantem, então, a distribuição linear de uma PL de R\$ 28.316.755,15. Ficam como resíduo para o próximo ano o valor de R\$ 5.214.038,40.

PL média (total dividido pelo número de trabalhadores) foi calculada em R\$

2.454,85, podendo ter uma variação quando calculadas conforme, horas extras e outros.



Redutores

Os trabalhadores alcançaram 84,45% das metas e acabaram sendo prejudicados por dois fatores (ROFI – Receita Operacional Financeira – e REPI – Realização do Programa de Investimento) sobre os quais não temos nenhum controle. A própria Copasa reduziu seu plano de investimentos de R\$ 750 milhões para R\$ 468 milhões e, em relação ao ROFI, a implementação de novas concessões impactaram para baixo, em função de período de ônus, sem arrecadação inicial.

De qualquer forma, o resíduo de R\$ 5.214.038,40 fica “provisionado” para compor o valor a ser distribuído para o ano seguinte, somando-se ao lucro líquido apurado neste ano de 2012.

Política entreguista encaminha a Copasa para as mãos de empreiteiras

ESTÁ SENDO ESCRITA A HISTÓRIA DE DESTRUIÇÃO DA EMPRESA

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível.”

São Francisco de Assis

Vamos inverter esta frase e levá-la à lógica que move os investidores, acionistas e políticos carreiristas?

Esqueça o impossível, limite-se a fazer o possível e, antes que ninguém reclame, até a chegar ao estritamente necessário.



Podemos considerar até mesmo um cinismo a primeira frase acima, utilizada pela Copasa ao fim de sua exposição de justificativas para entregar parte de seu serviço público, para as mãos de uma empreiteira, através de uma PPP (Parceria Público Privada), que ficará no meio do caminho das responsabilidades públicas com o saneamento.

Usar uma frase franciscana ficaria melhor a surrada “é dando que se recebe”, distorcida pelos que se afastam de compromissos solidários e que sepulta uma velha prática da própria Copasa: as tarifas de subsídio cruzado. Se antes poderíamos afirmar que o subsídio cruzado praticava uma espécie de política Robin Hood, distribuindo arrecadação de municípios mais ricos para socorrer populações miseráveis de grotões paupérrimos, agora a política é outra. Abandono social pelo compromisso de engordar os lucros de acionistas, de investidores, de empreiteiros e de compromissos políticos.

Desmanche do patrimônio público para o Estado mínimo

Apesar das denúncias da “privataria tucana” em sua política do “Estado mínimo” e entreguismo do patrimônio público à administração de empreiteiras, caminha a passos largos em Minas Gerais o processo de privatização branca da principal empresa de saneamento, a Copasa-MG. Continua galopando o processo para a licitação que contratará uma empresa visando ampliar e operar o Sistema Rio Manso, segundo maior sistema para abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em seu objetivo de entregar os serviços típicos de sua atividade fim para terceiros, a empresa apresenta uma justificativa, no mínimo, de confissão de incompetência após 42 anos de existência: diz que “diversos

processos e serviços correlatos ao tratamento de água não fazem parte da expertise da Copasa”. Depois de quase meio século de vida, a Copasa afirma que não é seu negócio e não tem experiência para “manutenção de barragens, adução, serviços auxiliares relacionados ao processo de adução, disposição final de parte do lodo gerado na ETA, melhorias e expansões em instalações que impliquem em aumento da eficiência energética e consequentemente redução de custos”. Chamou literalmente todo o seu corpo gerencial e técnico de incompetentes, na ânsia de justificar o injustificável.

A licitação prevê passar à empresa vencedora as obras de ampliação e operação de 25 km de adutora por 15 anos. Apesar de na audiência pública informar que o custo da obra será de R\$ 450 milhões, no edital que convocou o processo aparece o valor de R\$ 631 milhões. Na audiência pública a empresa afirma seu objetivo de aumentar a vazão de 4,2 m³/s para 5m³/s, mas informou verbalmente outra evolução, de 4 m³/s para 5,8 m³/s. Em qualquer dos casos, aumento de 0,8 m³/s ou 1,8m³/s, os valores dúbios a serem pagos, R\$ 450 milhões, ditos na audiência, ou os R\$ 631 milhões, explícitos no edital, contrastam com uma obra similar realizada em São Paulo, na ETA Taiacupeba, em Suzano, que aumentou a vazão de 5m³/s, também através de PPP, pelo valor de R\$ 310 milhões.

Verifica-se que o Sistema Rio Manso ainda opera muito aquém de sua capacidade máxima. Não se justifica investimentos prescritos para um aumento de demanda prevista para 2032 e evento sazonal como a Copa do Mundo. A empresa deixa de atacar outros problemas que exigem investimentos muito menores e que alcançariam resultados muito mais objetivos. Em 2010, a Copasa apresentou um escandaloso volume de 37% de perdas de toda a água produzida. Isto

representa 371 litros por ligação/dia. A empresa estima que, em 2024, conseguirá reduzir as perdas para 306 litros por ligação/dia. Seus investimentos preveem uma perda de 33% do volume produzido em 2026. Dados comparativos apontam que no Japão o índice de perda é da ordem de 4% do volume produzido.

Técnicos informam que a empresa escamoteia esta informação através do indicador ANCR (Água Não Convertida em Receita). A mágica é simples: o índice é calculado pelo quociente do volume de perdas de água pelo número de ligações de consumidores. Como o número de ligações cresce muito mais rápido, o quociente tende a cair, mas a água continua sendo perdida. Na Copasa, este índice, há muitos anos, é de 2,69% e não cai por causa de consertos e manutenção de rede, mas pelo crescimento desordenado da população consumidora. A despeito destas perdas, a empresa se vangloria de prêmios de PNQS, como o alcançado em Montes Claros, que apresentou uma taxa de perdas de água de 55% no ano passado.

Em outra questão levantada na audiência pública por representante do BNDES, a Copasa poderia buscar os recursos na instituição, sem precisar de um processo de parceria com setor privado. Além do BNDES, são aplicados recursos do PAC, FGTS e Caixa Econômica Federal, verbas públicas que exigem maior rigor de prestação de contas e fiscalização.

A PPP do manso, a toque de caixa, preocupa lideranças políticas e sindicais, sobretudo porque a Copasa tem quatro ações movidas pelo Ministério Público por contratos com empreiteiras, um relativo a irregularidades no Sistema Rio das Velhas, duas ações relativas a serviços na Estação de Tratamento de Esgotos ETE-Arrudas e outra relativa à ETE-Ibirité.

Campanha Salarial 2012

Sindicato entrega pauta da categoria à empresa

A pauta de Reivindicações aprovada pelos trabalhadores para as negociações do Acordo Coletivo 2012 já está com a direção da Copasa. O documento foi entregue ao presidente da empresa, Ricardo Simões, em reunião acontecida na última sexta-feira, 13 de abril.

O presidente do Sindicato, José Maria Santos, ressaltou a grande demanda dos trabalhadores para conseguirmos finalizar as mudanças necessárias no Plano de Cargos e Salários, reajustando a curva de salários,

a começar de uma recuperação do piso salarial da categoria. As negociações do sindicato serão coordenadas pelo diretor Rogério Araújo, que traçou na reunião um quadro de reivindicações importantes dos trabalhadores, cobrando renovação das frotas de veículos, reposição de vagas através de concurso público e acerto do PCCS. Rogério ressaltou o empenho dos trabalhadores em aprovar uma pauta mais reduzida, facilitando o processo de negociações sobre necessidades coletivas mais representativas.

Confira a pauta entre à direção da empresa.



Pauta de reivindicações para Data Base-2012 dos empregados na COPASA

CLÁUSULAS INSTITUCIONAIS:

01. Garantir a Data Base em 1º maio, assegurando retroatividade de todas as reivindicações não efetivadas até a data de 30 de abril do ano em curso;
02. Garantia de emprego;
03. Manutenção das conquistas anteriores, naquilo que não contradizer com o presente acordo;
04. Gratificação aos empregados onde as áreas sejam premiadas no PNQS;
05. Eleger entre os empregados, um representante no Conselho de Administração da COPASA.
06. Encerrar as contratações de terceiros para as atividades fins da empresa, através de termo de ajuste de conduta com intermediação do Ministério Público do Trabalho;
07. Reposição imediata do quadro de pessoal através de concurso público, considerando o crescimento da Empresa.

CLÁUSULAS ECONÔMICAS:

08. Reconstituir os salários de seus empregados pelo dobro da inflação do INPC, calculada entre os meses de maio de 2011 a 30 de abril de 2012;
09. Aplicar sobre os salários bases, depois de reajustados, ganho real tendo como referência o crescimento da receita da COPASA, conforme estudos do DIEESE;
10. Acrescer aos salários, percentual a título de "produtividade no trabalho", considerando, à variação do crescimento da Empresa no ano passado, conforme estudos do DIEESE;
11. Que o Lucro (PL) distribuído para aos trabalhadores seja de 25% equivalente ao percentual distribuído aos acionistas.

CLÁUSULAS DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS:

12. Reavaliar as Carreiras e a Tabela Salarial, adequando as novas realidades da Copasa, do Mercado de Trabalho e das melhores Empresas de Saneamento do Brasil;
13. Fixar o piso salarial no valor de R\$ 1.560,00 (hum mil, quinhentos e sessenta reais);
14. Acabar com o teto dos anuênios;
15. Criar Junta de Recurso, ligados ao RH e PCCS

com representação sindical;

16. Para os concursos internos ou promoções, seja alterado de 4 para 5 faixas a possibilidade de crescimento;
17. Alteração automática do empregado no cargo de Servente para Oficial, apos de 5 anos de atividade;
18. Inclusão no PCCS, das progressões horizontais, com critérios para promoção por mérito e antiguidade;
19. Estabelecer no PCCS, possibilidade de progressão por graduação escolar ou qualificação profissional em cursos afins da empresa;
20. Estudar as possibilidades de Transposição de Carreira de Agente para Analista;
21. Fim da classificação por porte da questão salarial, trabalhadores que executam as mesmas tarefas e tem as mesmas atribuições no cargo e ganham salários diferentes;
22. Pagar gratificação de função, para os encarregados de sistemas, inclusive nos locais aonde existe o engenheiro de produção;
23. Definir política de adequação e valorização dos técnicos de nível médio, nivelando salários, responsabilidade técnica e/ou administrativa, tanto para as áreas operacionais como para as áreas administrativas;
24. Revisar a política de horas extras para os empregados de nível superior (Analistas de Saneamento);
25. Quanto ao procedimento de compensação de horas quando em "escala de plantão", que as folgas sejam computadas conforme é o pagamento de horas extras, sábado (50%) folga de um dia e domingo (100%) folga de dois dias;
26. Para os empregados escalados nas liberalidades em emendas de feriados, que suas horas trabalhadas sejam computadas/pagas como hora extra;
27. Definir gratificação a título de Penosidade para os leituristas;
28. Que os leituristas tenham carga horaria de 6 horas diárias;
29. Prêmio motivacional por condução de veículos seja reajustado em 50% do salário do motorista;
30. Que o parcelamento do pagamento das férias (Cláusula 22 – Parágrafo 3º) por opção do empregado seja descontado sem considerar a margem do saldo consignado;
31. Rever a política de licença para acompanhamento de dependentes.

CLÁUSULAS DE BENEFÍCIOS:

32. Correção de todos os benefícios constantes do Acordo Coletivo anterior, pagos pela empresa pelo dobro do INPC, apurado no período de 01 de maio de 2011 a 30 de abril de 2012;
33. Equiparar o valor do auxílio creche, concedido às empregadas e os empregados, igualando os valores pagos aos filhos na idade de 2 anos a todos os filhos até a idade de 7 anos, bem como, a manutenção do valor para os períodos de afastamentos, quando é mais necessário um auxiliar para o acompanhamento dos filhos;
34. Extensão do direito a Cesta de Natal para todos os empregados da COPASA;
35. Isenção da participação da contribuição dos empregados na cesta básica;
36. Manter a cesta básica, durante todo o período de afastamento médico do empregado (a);
37. Estender o auxílio educação para os dependentes cursando o 3º grau;
38. Dobrar o valor do auxílio educação com reembolso mensal;
39. Vale transporte para todos os funcionários sem ônus;
40. Implantação do Vale Combustível para os empregados que não utilizam o Vale Transporte, ou os que assim desejarem.

CLÁUSULAS DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL:

41. Taxa de fortalecimento sindical no valor de 1% sobre os ganhos dos trabalhadores no acordo salarial;
42. Liberação de 16(dezesseis) Dirigentes Sindicais pela empresa para prestação de serviços a entidade sindical com ônus total para empresa;
43. Liberação dos Dirigentes Sindicais de Base, em 40 horas mensais, para visitas, acompanhamento e palestras junto aos trabalhadores nas diversas localidades de sua representação na Copasa.

Esperamos que os pontos levantados espelhem a realidade de todas/todos Trabalhadores na Companhia de Saneamento de Minas Gerais, aguardamos agendamento de reunião para início dos trabalhos de negociação.